



Fundação Escola de
Sociologia e Política
de São Paulo.
RECONHECIMENTO DESDE 1933

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

SEMINÁRIO FESPSP 2018

Na Encruzilhada da Democracia:

Instituições e Informação em Tempo de Mudança

Apresentação no GT07 - Antropologia Urbana

MÃES PELO ESCOLA SEM PARTIDO:

Disputas sobre a educação na cidade de São Paulo

Bolsista: Gabriela Melo

Aluna do 8º semestre de Ciências Sociais e Política

Orientadora: Isabela Oliveira Kalil

Professora do Curso de Antropologia Urbana

São Paulo

2018

Panorama apresentado sobre o projeto de iniciação científica “Mães pelo Escola Sem Partido: Disputas sobre a educação na cidade de São Paulo”

As eleições de 2018 demonstraram que a educação será uma das pautas protagonistas da nova gestão presidencial. Os fatores que impulsionam este protagonismo surgem tanto da sociedade civil quanto dos partidos que estavam em disputa: um suposto “kit gay” que o futuro presidente afirmou acirradamente em sua campanha que havia sido distribuído em algumas escolas, mesmo com o TSE provando que era falso e proibindo tal propagação; rumores em grupos de *WhatsApp* sobre mamadeiras com formato de genitais em creches; a elaboração e funcionamento de políticas públicas de ações afirmativas, como o Prouni e FIES, articuladas pelo autor, até então candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores; discussões sobre a privatização de cursos em universidades públicas; e, a última discussão desta área que tomou conta das redes sociais foram as críticas na elaboração da questão do ENEM que tange a inclusão da diversidade.

As últimas discussões acirradas sobre censura a práticas de doutrinação ideológica em salas de aulas se materializaram quando a deputada estadual eleita do PSL-SC, Ana Carolina Campagnolo, articulou uma campanha, no dia 29 de outubro, para que estudantes denunciasses seus professores(as) que fizessem queixas políticas-partidárias pela vitória do presidente eleito¹, gerando grande repercussão sobre os métodos de ensino que os docentes terão que aplicar a partir de 2019.

O projeto de pesquisa Mães pelo Escola Sem Partido, exposto no GT de Antropologia Urbana na semana do simpósio Na Encruzilhada da Democracia: Instituições e Informação em Tempo de Mudança, organizado pela FESPSP em 2018, apresentou que todas as discussões e articulações atuais sobre o formato da educação - as quais se transformaram nos fatores aqui citados - são pautas e se transformaram em demandas há anos por movimentos sociais brasileiros e, desde 2015, como pauta centralizadora de grupos auto intitulados de direita e conservadores.

¹ Matéria sobre a campanha divulgada pela deputada estadual Ana Caroline Campagnolo do PSL-SC, “Deputada eleita do PSL pede que estudantes denunciem professores contra Bolsonaro em sala de aula” Folha de S. Paulo, out. 2018. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/deputada-eleita-do-psl-pede-que-estudantes-denunciem-professores-contrabolsonaro-em-sala-de-aula.shtml>> Acesso em 03/12/2018

Com incentivo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq), o projeto de pesquisa aprovado pretende investigar o movimento Mães pelo Escola Sem Partido de São Paulo, com o objetivo geral de compreender as disputas envolvendo a regulamentação da educação doméstica que pretende ser apresentado por elas à Câmara Municipal de São Paulo no interior do movimento Escola Sem Partido, o qual tem grande dimensão nos atuais movimentos sociais compostos pela direita que organizam e mobilizam manifestações nas ruas e na internet, como o grupo Direita São Paulo. Uma das dimensões a serem investigadas diz respeito à concepção de como o grupo julga o formato pedagógico contemporâneo no debate sobre “ideologia de gênero” e “doutrinação política e ideológica” no ensino. Todavia, o que se pretende é compreender como são mobilizados e construídos os discursos adotados para justificar a implementação dos projetos de lei, a fim de descobrir quais as disputas e mecanismos legais, institucionais e simbólicos mobilizados pelo grupo na luta pela manutenção dos seus costumes, valores e ideias.

O tema deste trabalho surgiu Em 2017, com a vinda da filósofa americana Judith Butler ao Brasil. Sua participação no seminário internacional “Os fins da democracia / The ends of democracy”, no Sesc Pompéia em São Paulo gerou grande repercussão, fez com que grupos conservadores e progressistas ocupassem o mesmo espaço para protestar sobre educação de gênero nas escolas. A filósofa participou do seminário para discutir sobre democracia, mas em frente ao portão principal do Sesc Pompéia, na Rua Clélia, a discussão era outra². Havia dois atos antagonistas compondo uma única manifestação ao mesmo tempo, de frente ao portão no lado esquerdo estava o grupo auto intitulado conservador, sob a liderança do movimento social Direita São Paulo, o qual convocou o ato anti-Butler pelas redes sociais, através do argumento que ela é a precursora da “ideologia de gênero” no Brasil.

Entre os militantes do Direita São Paulo e pessoas autônomas, como algumas mães de uma escola particular próxima ao local, havia certa similaridade nas falas coletadas nas entrevistas como se houvesse uma fonte em comum que construía as mesmas alegações, preocupações e anseios. O conjunto das narrativas expressou o discurso de que Butler veio ao Brasil para propagar a teoria da qual é precursora, a “ideologia de gênero”, teoria que visa

² O NEU (Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual) vinculado à FESPSP realizou a pesquisa “Ideologia de gênero” x “Ideologia de gênese”: percepções e controvérsias nas manifestações pró e contra Judith Butler em São Paulo, no dia 07/11/2017, na qual participei como pesquisadora, aplicando entrevistas semi-estruturadas com os/as manifestantes anti-Butler. A produção final deste trabalho foi um dossiê na revista Ponto Urbe, onde eu assino o primeiro artigo.

doutrinar as crianças através das escolas sobre identidade de gênero; orientação sexual e sexo, incluindo pedofilia e zoofilia, sob o apoio dos/as professores/as de esquerda.

O que a pesquisa realizada no SESC revela é a preocupação com a manutenção da autoridade dos pais sobre a educação dos seus filhos/as. Sob uma perspectiva liberal, reivindicam o poder de escolha sobre o que as crianças devem aprender. Isto posto, há uma predominante defesa do projeto de lei municipal de São Paulo, o Escola Sem Partido, com 86% de apoio, o qual defende a ausência dos termos “gênero” e “sexualidade” no ensino³, além de criminalizar a chamada “doutrinação política e ideológica por parte dos/as professores/as” nas escolas. Os manifestantes do SESC defendiam que, se uma família apoia a causa LGBTQ+, por exemplo, esta deve matricular sua criança numa escola que ensine sobre o assunto. Por sua vez, o Estado deve garantir o que a maioria quer e, para este grupo anti-Butler, a maioria das famílias defende os costumes e valores conservadores.

No decorrer das entrevistas, conheci o objeto de estudo da presente pesquisa, o grupo “Mães pelo Escola Sem Partido” da cidade de São Paulo, através de uma integrante que foi entrevistada após o seu discurso em defesa da “família tradicional”. Ela demonstrou repúdio à “ideologia de gênero” nas escolas e relatou como esse espaço influencia as conversas e brincadeiras das crianças, disse em determinado momento

“(…) então cada vez mais as crianças estão indo para a escola mais cedo, entendeu? Elas trazem doenças, elas trazem *bullying*, elas trazem problemas psicológicos, abandono, porque uma professora não consegue dar conta de quarenta alunos, ainda mais de bebês (...) e, cada vez mais, as mães estão escolhendo o *homeschooling*, criar e dar aulas para os seus filhos em casa”

Para ela, a educação doméstica é uma alternativa para as famílias que estão insatisfeitas com os conteúdos administrados nas escolas; com a condição sócio-econômica e/ou profissão das famílias dos/as colegas de sala; ou com a metodologia aplicada nas aulas. Como exemplo, criticou teorias do renomado educador brasileiro Paulo Freire. Em função

³ Na pesquisa do NEU sobre as manifestações pró e contra a filósofa no Sesc Pompéia, dos dados apresentados do grupo anti-Butler, 95,24% discordam sobre a discussão de gênero nas escolas. Destes, 64,9% afirmaram que essa discussão é nada importante na sociedade.

disso, o seu grupo pretende encaminhar um projeto de lei à Câmara Municipal de São Paulo para a regulamentação da educação doméstica no país, denominada como *homeschooling*.

Dessa forma, o grupo de mães em questão propõe mecanismos para manter a sociedade, principalmente as crianças, dentro da norma e de acordo com o que foi definido como a “maioria”. Uma das suas principais pautas de reivindicação são os projetos de lei encaminhados às Câmaras Municipais com apoio da bancada evangélica e católica, do Movimento Escola Sem Partido. O Escola Sem Partido foi apresentado em 2015 e mantém ritmo de aprovação no legislativo em diversos estados.

As entrevistas realizadas com o grupo anti-Butler em frente ao Sesc Pompéia iniciavam com a pergunta “Porque você veio a esta manifestação?”, as respostas afirmavam categoricamente o repúdio à filósofa que foi apontada como precursora da “ideologia de gênero”, explicaram que ela viaja pelos países para propagar “essa teoria da desconstrução”, a qual faz parte da agenda comunista com a finalidade de doutrinar as crianças nas escolas que ninguém nasce homem nem mulher, a escolha do gênero - termo que é utilizado pelo grupo como sinônimo de “sexo” - será feita ao longo da vida. Afirmaram que essa teoria está pautada na “coerção do que se conhece de família, que tem como objetivo deturpar o que se sabe biologicamente sobre sexo, a proposta da ideologia é desconstruir a família tradicional que é formada por homem, mulher e filhos”.

A partir da defesa dessa autoridade da família sobre suas crianças e, conseqüentemente, sobre o que elas devem ou não aprender, argumentaram que “a luta é para todos terem o direito de aderir e ensinar seus ideais, mas cada um dentro das suas próprias instituições, agora, não implemente uma lei que coloca para todo mundo, porque aí todo mundo não tem como fugir”. Um pai conseguiu expressar o ponto de vista do grupo

a pauta de “ideologia de gênero” quer ser implementada em todas as escolas públicas, onde estudam os filhos dos pobres, filhos dos operários e dos pequenos/médios empresários, essa é uma forma de doutrinação, porque nas faculdades de humanas os professores são todos de esquerda, então o Estado deve controlar o que é ensinado, porque discutir gênero com crianças é autoridade dos pais. O Estado deve respeitar o que a maiorias das pessoas

querem, eu não quero que minha filha aprenda sobre adultério, pedofilia e *homossexualismo*(sic)⁴

Todavia, o debate sobre gênero e sexualidade como pauta na educação já alcançou o Estado nacional há décadas, desde 1970, mas com propostas progressistas e vinculadas aos Direitos Humanos.

Já o movimento Escola Sem Partido nasceu em 2004, através da indignação do advogado paulista Miguel Nagib quando soube que o professor de história da sua filha havia comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, a São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica. Ele criou uma associação no intuito de formar um canal online para coletar denúncias e evidências sobre a prática da “doutrinação nas escolas”, no site apresentou análises e críticas pedagógicas, reportagens sobre o tema e até um modelo de notificação extrajudicial para que os pais ofendidos por algum pronunciamento em sala de aula possam enviar um aviso formal aos docentes, ameaçando processá-los. Segundo Nagib, o objetivo é “promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras” e o programa consiste em ser “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”(EL PAÍS, 2016).

Entretanto, no decorrer dos anos o programa angariou forças através de movimentos sociais, como Movimento Brasil Livre (MBL) e o Direita São Paulo, por meio das redes sociais. Além destes, o maior apoio surge, principalmente, da bancada conservadora dos partidos PMDB, PSDB e Democratas, os quais apresentaram seus próprios projetos de lei em diversos estados com trechos muito parecidos ou até idênticos ao texto original do advogado Nagib (EL PAÍS, 2017). Em Alagoas e mais dois municípios brasileiros, o programa virou lei com o nome Escola Livre, mas, no caso alagoano, o documento foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e foi considerado inconstitucional pela Advocacia-Geral da União (AGU), porque legisla sobre uma área de competência da União e, também, porque infringe o artigo 206 da Constituição que garante a pluralidade de ideias no ambiente de ensino.

⁴ Na segunda metade do séc. XX, as primeiras edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) adotou o termo “homossexualismo”, o qual foi empregado de forma pejorativa, pois naquela época a Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association - APA) considerava o/a homossexual como sujeito/a portador/a de alguma enfermidade de ordem mental. Por isso, o sufixo "ismo" era utilizado junto a palavra "*homossexual*", dando uma natureza patológica para "os portadores dessa enfermidade". O termo foi retirado do DSM em 1973.

A questão principal que precisa ser compreendida é que, nos últimos três séculos, o sexo foi colocado em discurso no ocidente; a preocupação é saber quais são as instâncias que produziram e produzem estes discursos que o controlam, regulam e vigiam, além de perceber quais são os efeitos que surgiram a partir desse processo de produção do “saber sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988). Segundo Guacira Lopes Louro, professora da UFRGS e fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), linguagem; crenças; fantasias; códigos sociais; desejos inconscientes e atributos biológicos constituem a sexualidade e, esta também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura, assim como o gênero, a raça ou a classe (LOURO, 2000). Nessa ótica, “as identidades sexuais deixam de ser concebidas apenas como resultantes do imperativo biológico e passam a ser entendidas como processo de construção das relações sociais de poder, em complexas articulações e em múltiplas instâncias sociais” (LOURO, 2000). Isso aponta para o fato de que as identidades precisam ser compreendidas sob uma ótica política, pois alguns gozam de privilégios, legitimidade e autoridade, outros são representados como desviantes e ilegítimas, ou seja, algumas identidades são consideradas como “norma” e não precisam dizer sobre si, enquanto outras se tornam “marcadas” e, geralmente, não podem falar por si (LOURO, 2000).

A identidade de gênero e a sexualidade são descritas, compreendidas, explicadas, reguladas, saneadas, normatizadas e educadas a partir de várias perspectivas e campos disciplinares, constituindo-se em meio a propósitos e interesses variados. Contudo, não basta apenas descrevê-las ou demarcá-las como uma área multidisciplinar, é preciso reconhecer que essas áreas sempre estão em disputa (LOURO, 1997). O Estado, as igrejas e as ciências - instituições que, tradicionalmente, participam da definição e delimitação dos padrões de normalidade, pureza ou sanidade - concorrem hoje com outras instâncias e grupos organizados que também pretendem decidir a respeito das definições dos corpos, quais são os saberes pertinentes e as práticas adequadas ou legítimas.

Entram nessa disputa os movimentos sociais que representam todas os grupos considerados desviantes ou subalternos, conforme foi apresentado, através dos direitos humanos, o movimento feminista e o LGBTQ+ tem conquistado direitos, relacionados a equidade social e à sobrevivência, utilizando a educação como mecanismo de inserção das pautas na transmutação cultural. Todavia, o discurso conservador revela privilégios na disputa política, pois carrega a força da tradição e a legitimidade das formulações construídas

pela linguagem médica, marcadas pela autoridade da ciência, com apelo a uma matriz biológica (LOURO, 2000).

Dessa forma, as mães que militam pelo Programa Escola Sem Partido estão propondo outros mecanismos para manter a sociedade, principalmente as crianças, dentro da norma e de acordo com o que foi definido como a “maioria”. Elas sabem que têm acesso aos principais aparelhos do Estado, por isso pretendem encaminhar à Câmara Municipal de São Paulo um novo projeto de lei para regulamentar a educação doméstica. Esta presente pesquisa pretende acompanhar o movimento Mães pelo Escola Sem Partido da capital paulistana, com o objetivo de assimilar o discurso que propõe o projeto de lei sobre educação doméstica, a fim de compreender os sentidos mobilizados na defesa do projeto de lei da Escola Sem Partido, incluindo a regulamentação da educação doméstica no município. Para este fim, pretende-se realizar uma pesquisa etnográfica com a observação de campo e entrevistas.

Referências Bibliográfica:

- AGAMBEN, G.; Estado de exceção. São Paulo: Boitempo; 2004;
- AMORIM, M. A.; SALEJ, A. P.; O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. Minas Gerais: *Revista Ártemis*, 22(1); 2016;
- DE MACACU, C.; Lei nº 2.056, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação–PME e dá outras providências. *Diário Oficial Cachoeiras de Macacu*, 2015;
- EDUCAÇÃO PARA TODOS. O compromisso de Dakar. *Brasília-DF: UNESCO*, 2001;
- EGGERT, E.; REIS, T.; Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, vol. 38, núm. 138. Campinas: Sistema de Información Científica - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal; 2017;
- FOUCAULT, M; História da sexualidade. Vol. 1: A vontade de saber. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988;
- FOUCAULT, M; Microfísica do Poder. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993;
- FRIGOTTO, G.; “Escola Sem Partido”: Imposição da mordada aos educadores. 5(9), 11-13, Rio de Janeiro: *e-Mosaicos*, 2016;
- FRIGOTTO, G; Escola “sem” partido. *Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP*, 2017;
- LOURO, G. L.; *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*, Porto Alegre: Editora Vozes, 1997.
- LOURO, G. L.; Corpo, escola e identidade, ed. 25.2, Porto Alegre: Educação & Realidade, 2000;
- NICOLAZZI, F.; Qual o partido da escola sem partido?, ed. 3.5, Porto Alegre: *Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação*, 2016;
- RIBEIRO, A. L. G.; PONTES, G. B.; MOREIRA, A. L.; Escola sem Partido. Minas Gerais: *Revista da META*, 2018;
- SCALA, J.; Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Editora Katechesis, 2015.
- Carazzai, E. H. “Deputada eleita do PSL pede que estudantes denunciem professores contra Bolsonaro em sala de aula” Folha de S. Paulo, out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/deputada-eleita-do-psl-pede-que-estudantes-denuncie-m-professores-contrabolsonaro-em-sala-de-aula.shtml>> Acesso em 03/12/2018.